



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Relativamente à questão dos terrenos abandonados, o Governo elaborou a listagem dos mesmos em 2009. O estudo realizado em Março de 2011 a um total de 113 terrenos, cujo desenvolvimento se encontrava inacabado, revelou que a responsabilidade pelo estado de abandono de 48 desses terrenos era imputável ao concessionário, mas no referido estudo alegava-se a necessidade de uma análise posterior sobre a mesma questão. Em 6 de Fevereiro de 2012, o Director dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), Jaime Carion, revelou que o Departamento de Gestão de Solos dos mesmos serviços já tinha terminado o relatório de todo o estudo sobre os 48 terrenos que estavam em estado de abandono. Porém, acrescentou também que, mesmo depois de terminado esse “estudo posterior”, o assunto seria ainda entregue ao departamento jurídico da DSSOPT, para outro estudo ainda, a fim de verificar “se os concessionários apresentaram justificação suficiente, se houve incumprimento do contrato ou da Lei de Terras”. Após o estudo inicial sobre aqueles 48 terrenos em 2011, as autoridades demoraram dez meses para realizar o referido estudo posterior, o qual havia de seguir ainda para um estudo de acompanhamento. De facto, trata-se de um “estudo” complexo e interminável.

No dia 10 de Fevereiro de 2012, interpelei o Governo sobre os 48



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

terrenos, tendo cabido ao Director Jaime Carion responder à questão, o qual afirmou que os mesmos estão distribuídos em três grandes grupos de acordo com os seguintes critérios: 1) “depois de terminado o relatório de estudo da imputabilidade relativa aos 48 terrenos, e ouvido o parecer dos serviços jurídicos, foi dado início ao processo de audição e ao respectivo procedimento jurídico com vista à declaração de caducidade de alguns dos casos referentes àqueles terrenos; 2) “entretanto, parte desses processos envolvem matéria jurídica bastante complexa, pelo que os serviços jurídicos competentes têm necessidade de mais tempo para análise mais aprofundada, estando ainda a decorrer o trabalho a esse respeito; 3) “quanto aos restantes casos, se as análises dos processos confirmarem que o abandono dos terrenos se deve a motivos imputáveis aos concessionários, o Governo dará início ao processo legislativo de declaração da caducidade”. Passado um ano, há notícias de que alguns dos casos entraram já em processo de declaração de caducidade. Ainda assim, decorrido mais um ano e meio, não se vê qualquer resultado quanto a esses processos sobre os terrenos abandonados, sendo apenas do conhecimento público que nenhum terreno foi revertido para o Governo.

Acresce que, desse conjunto de 48 terrenos, 12 estão localizados na península de Macau (os quais incluem 2 terrenos para hotel, 4 para construção industrial, 2 para escritórios e edifício comercial, 1 para edifício residencial, e 3 para edifícios comercial e industrial), e 36 terrenos situados nas ilhas (3 dos quais para construção de hotéis, 13 para edifícios industriais, 4 para edifícios residenciais, 12 para edifícios comerciais e industriais, 3 para



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

edifícios comerciais, e 1 para edifício residencial e comercial com hotel e escritório). Em relação à população, esta não sabe de que estudos se trata, nem sabe que processo é esse, apenas lhe interessa saber se foi possível recuperar esses terrenos e quando serão retomados.

Nesses termos, relativamente aos referidos 48 terrenos abandonados, interpele o Governo sobre o seguinte:

1 – O Governo tinha revelado há mais de um ano que, desses 48 terrenos abandonados, 22 se encontravam em processo de declaração de caducidade, mas até hoje não se vê nenhum resultado. Na recente resposta das autoridades competentes a uma interpelação, apenas se frisava a complexidade dos processos. No entanto, não obstante a enorme complexidade desses processos, é impossível que, ao mesmo tempo, nenhum resultado se verifique em relação a todos os 22 terrenos. Em relação a esses 22 terrenos abandonados com processo de declaração de caducidade já iniciado, será que alguns deles entraram na fase de recurso judicial? Quantos terrenos têm processo de recurso judicial a decorrer e quantos estão ainda a negociar as condições para a reversão ao Governo?

2 – Nesse conjunto de 48 terrenos abandonados, para além de 22 já terem entrado na fase de declaração de caducidade, o público não sabe em que situação se encontram os restantes 26 terrenos. Passados cinco anos, ninguém percebe o porquê dessa enorme dificuldade no processo de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

declaração de caducidade da concessão dos terrenos cujo abandono já foi confirmado ser imputável ao concessionário. Qual a medida do Governo para acelerar o trabalho de recuperação dos terrenos?

3 – A reversão e o tratamento dos processos relativos aos terrenos abandonados têm sido efectuados completamente à porta fechada, e o desconhecimento total por parte do público torna impossível a fiscalização do trabalho de recuperação dos terrenos pelas autoridades. Esse procedimento não será contrário ao princípio de “transparência do Governo” defendido pelo Chefe do Executivo?

O Deputado à Assembleia Legislativa

Au Kam San

23 de Outubro de 2014